



**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 355/11**

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC – Joaquim Rodrigues Junior.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Estudos do Menor e Integração a Comunidade – CEMIC – Joaquim Rodrigues Junior, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.



**PRESEIDENTE**



**RELATOR**





**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 356/11**

Súmula: Declara de Utilidade Pública o AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o AFRO GLOBO FÓRUM CULTURAL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art.2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 2011.



**PRESEIDENTE**



**RELATOR**





## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 360/11

**Súmula:** Transforma cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES.

**Art. 1º** - Ficam transformados os seguintes cargos de provimento em comissão integrantes do Quadro de Servidores do Poder Executivo do Estado do Paraná:

I – na Secretaria de Estado do planejamento e Coordenação Geral - SEPL: 2 (dois) cargos de Assessor Técnico, símbolo DAS-2, 3 (três) cargos de Gerente de Programa, símbolo DAS-2, 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área-GPS, símbolo 2-C e 2 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C em 8 (oito) cargos de Assessor, símbolo DAS-5, 2 (dois) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C, 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GPS, símbolo 2-C e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 11-C.

II - na Secretaria de Estado de Administração e Previdência – SEAP: 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área – GAS, símbolo 2-C, 4 (quatro) cargos de Assistente Técnico de Área – GRHS, símbolo 2-C em 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GAS, símbolo 2-C, 1 (um) cargo de Assistente Técnico de GRHS, símbolo 2-C, 3 (três) cargos de Assistente, símbolo 1-C, 4 (quatro) cargos de Assistente, símbolo 2-C e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C.

**Art. 2º** - Ficam transferidos da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES 5 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C, e 1 (um) cargo de Assistente, símbolo 5-C.

**Art. 3º** - Ficam transformados os seguintes cargos em comissão do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, considerados os cargos mencionados no art. 2º desta Lei: 1 (um) cargo de Diretor do Centro de Treinamento para Desenvolvimento, símbolo DAS-3, 1 (um) cargo de Assessor, símbolo DAS-5, 2 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, símbolo DAS-5, 7 (sete) cargos de Coordenador de Centro de Projetos, símbolo 1-C, 5 (cinco) cargos de Assistente Técnico, símbolo 2-C, e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C, em 12 (doze) cargos de Coordenador Técnico, símbolo 1-C, 8 (oito) cargos de Assistente Técnico, símbolo 1-C e 2 (dois) cargos de Assistente, símbolo 2-C.

**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 13 de junho 2011.



**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**



**RELATOR**



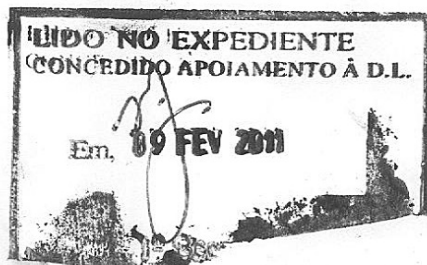




# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

## **PROJETO DE LEI Nº 027/11**



**SÚMULA:** DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A (AAFU) - ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR UNIDOS DE VERA CRUZ DO OESTE.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores da Agricultura Familiar Unidos (AAFU) situado no município de Vera Cruz do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Legislativo Presidente Aníbal Cury  
09 de fevereiro de 2011

  
**ADEMIR BIER**  
Deputado Estadual





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Anibal Khury*

## **JUSTIFICATIVA:**

A (AAFU) - ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR UNIDOS, foi fundada em 06/10/2009, tem como atividade associativa privada sem fins lucrativos, a promoção do desenvolvimento da agropecuária em geral: suinocultura, avicultura, piscicultura e apicultura, auxiliando, amparando e estimulando seus associados a desenvolver projetos na área de atuação do meio ambiente.

A Associação dos Agricultores da Agricultura Familiar Unidos, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme se comprova pela documentação acostada a este projeto.

Assim sendo, objetivando levar a efeito este pleito, cumpre-me contar com o apoio de meus distintos Pares, com a deliberação favorável à sua aprovação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 027/2011**

Projeto de Lei nº. 027/2011

Autor: Deputado Estadual Ademir Bier

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública a  
**(AAFU) – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES  
DA AGRICULTURA FAMILIAR UNIDOS DE VERA  
CRUZ DO OESTE.**

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –  
LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS PREENCHIDOS –  
PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA  
MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ademir Bier, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **(AAFU) – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR UNIDOS**, com sede e foro no Município de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

No entanto, tendo em vista que o foro correto da Entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual é o Município de Matelândia, consoante o respectivo Estatuto Social, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com a finalidade de adequar o nome da mesma constante na Súmula e no artigo 1º, com fulcro no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

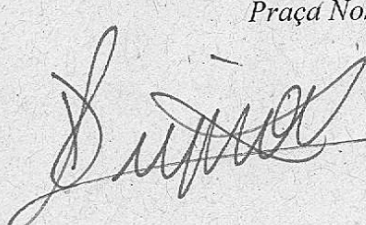


**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** na forma da **Emenda Modificativa** em anexo.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 027/11**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa, para contar com a seguinte redação:

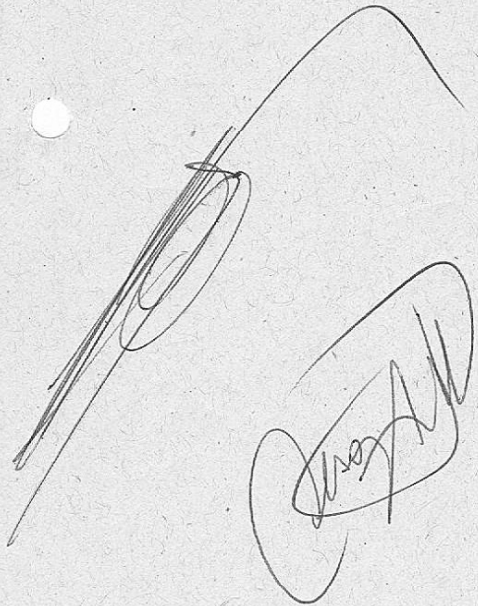
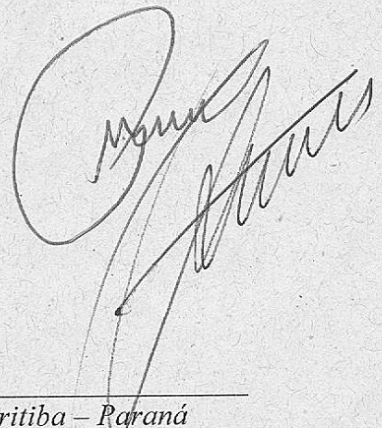
"Súmula: Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR UNIDOS (AAFU), **com sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro no Município de Matelândia, Estado do Paraná**".

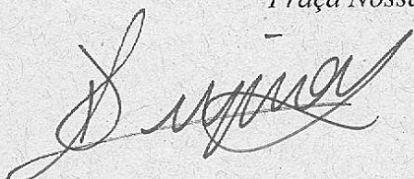
"Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação dos Agricultores da Agricultura Familiar Unidos (AAFU) **com sede no Município de Vera Cruz do Oeste e foro no Município de Matelândia, Estado do Paraná**.

Sala das Comissões, em 14 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO CAIO QUINTANA**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná







# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.**

Em, 02 MAR. 2011

1º SECRETÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 145/11

**EMENTA:** Declara de utilidade pública o "Instituto Semeando a Paz".

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o **Instituto Semeando a Paz**, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Doutor Cerqueira Lima, 250, São Braz, CEP 82015-440.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

NEY LEPREVOST  
DEPUTADO ESTADUAL

## JUSTIFICATIVA:

O Instituto Semeando a Paz é uma associação de assistência social, beneficente e de cunho filantrópico, sem fins lucrativos.

O instituto visa trazer um futuro melhor para jovens de 12 a 17 anos, em situação de risco social, incentivando-os ao estudo, ao respeito com as pessoas, à prática do bem, a visão de um futuro melhor e a busca de seus sonhos, através de oficinas, aulas, palestras e outras atividades que contribuam para seu crescimento e desenvolvimento, bem como proporcionando.

O objetivo é trabalhar a auto-estima e o desenvolvimento de cada um desses jovens que representam o amanhã da sociedade em que vivemos, utilizando várias atividades atrativas, divertidas e propícias para o desenvolvimento, em um ambiente aconchegante, alegre e acolhedor.

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares, para que possamos aprovar a presente proposição, com a documentação pertinente em anexo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ	
PROTOCOLO Nº	4702
EM	03/03/2011
FUNÇÃOÁRIO	

14:17 02/03/2011 000715 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/2011**

**Projeto de Lei nº. 145/2011**

**Autor: Deputado Estadual Ney Leprevost**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública o  
**"INSTITUTO SEMEANDO A PAZ"**, com sede e  
foro na Cidade de Curitiba.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA**  
**- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS**  
**PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **"INSTITUTO SEMEANDO A PAZ"**, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



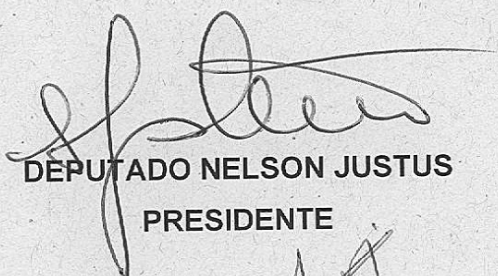


*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

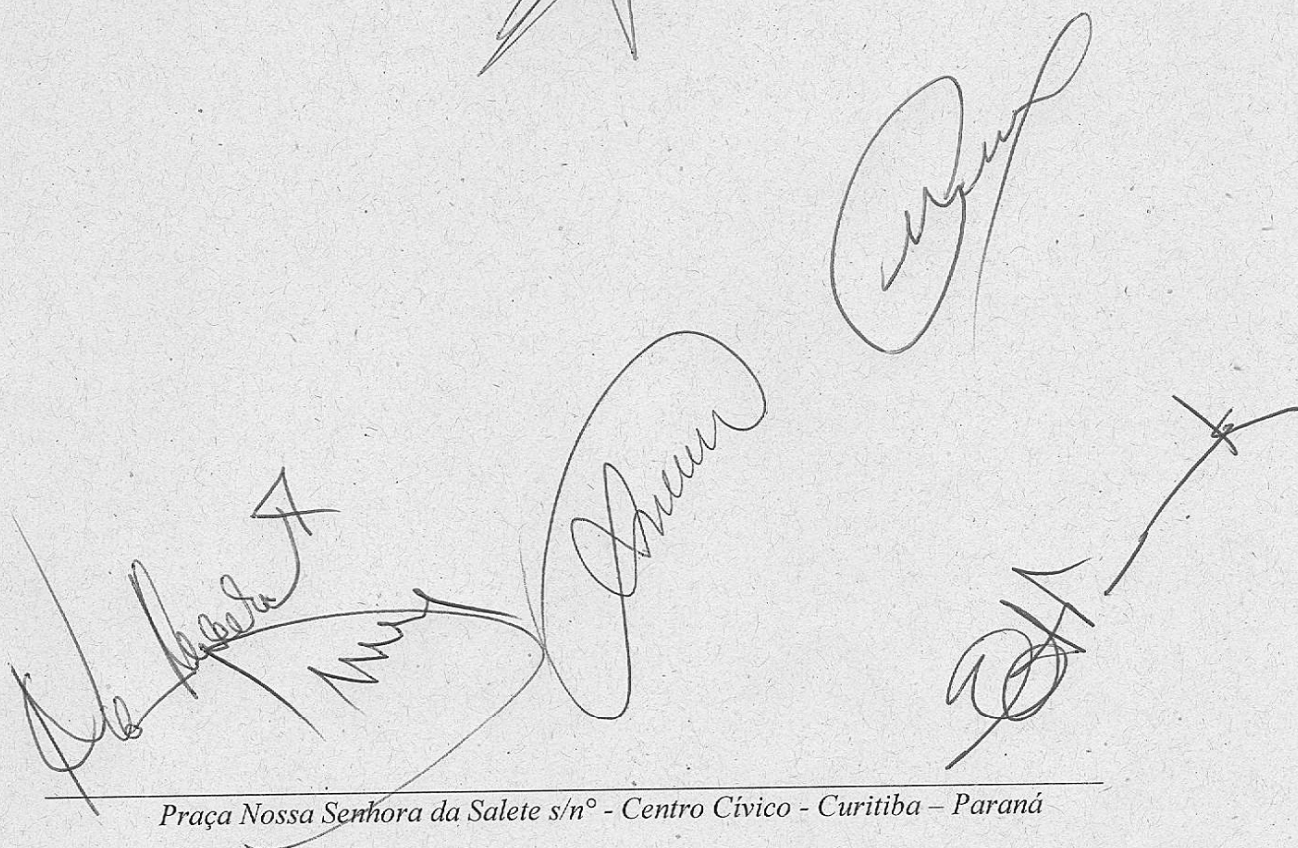
Sala das Comissões, em 07 de junho de 2011.



**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**



**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**



*Assinaturas manuscritas de outros membros da comissão, incluindo uma assinatura circunscrita e uma assinatura com uma barra diagonal.*



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## ~~PROJETO DE LEI~~ 406/11

**EMENTA:** Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a 2ª. Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, e adota outras providências.

**Art. 1º** Fica criada no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

**Art. 2º** Fica criada no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, a 2ª Vara Criminal.

**Art. 3º** O art. 255 da Lei Estadual nº 14.277/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 255. Fica criado nos Foros Regionais que integram a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, o seguinte:*

***I – No Foro Regional de Almirante Tamandaré:***

- a) a Vara Cível;*
- b) a 1ª Vara Criminal;*
- c) a 2ª Vara Criminal;*
- d) a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.*

**Art. 4º** Ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz de Direito de entrância final para o Foro Regional de Almirante Tamandaré.

**Art. 5º** Ficam alterados os anexos IV, V e IX, Tabela 1, da Lei referida no artigo 1º.

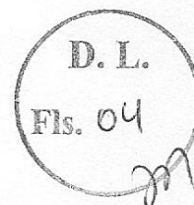
**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



### JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade a criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, bem como da 2ª Vara Criminal, ambas no Foro Regional de Almirante Tamandaré.

A proposição altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seus Anexos, e visa a expansão da prestação jurisdicional no Estado do Paraná, de forma a racionalizar e redistribuir o volume de serviços no Foro Regional de Almirante Tamandaré, que integra a Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A proposta prevê, ainda, a criação de dois cargos de Juiz de Direito de entrância final para a estruturação do Foro Regional, o que modifica os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14.277/2003, conforme detalhado no artigo 3º do Anteprojeto de Lei.

As novas Varas atenderão uma população de 123.000 habitantes e um total de 40.000 processos que se encontram em andamento nas Varas daquele Foro, segundo informações retiradas do Boletim de Movimentação Forense da Corregedoria-Geral da Justiça.

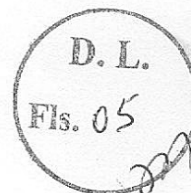
A criação da Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e da 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, em manifestação datada de 19 de outubro de 2009 e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada no dia 25 de fevereiro de 2011.





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com a redação final, vez que é parte integrante desta Lei.

O impacto financeiro da presente proposta corresponde a R\$ 994.414,00 (novecentos e noventa e quatro mil quatrocentos e quatorze reais) para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e de R\$ 876.674,00 (oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro reais) para a Vara Criminal, o que totaliza o valor anual de **R\$ 1.871.091,00** (um milhão oitocentos e setenta e um mil e noventa e um reais).

Os custos da presente proposta serão suportados pelo orçamento próprio do Tribunal de Justiça, conforme detalhamento constante do Relatório de Execução Orçamentária SIA110, que prevê uma dotação orçamentária para 2011 de R\$ 683.476.300,00 na rubrica 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, e pelo orçamento do Fundo da Justiça.

Nos termos do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário, relativo ao 3º Quadrimestre de 2010, a Despesa Total com Pessoal foi de 3,19% (três vírgula dezenove por cento) da Receita Corrente Líquida, portanto, abaixo do limite prudencial de 5,70% (cinco vírgula setenta por cento), conforme preceitua o artigo 22, parágrafo único, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Encontra-se em anexo a Declaração do Ordenador da Despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária para o exercício de 2011, e compatibilidade com o Plano Plurianual 2008 – 2011 (Lei Estadual nº 15.757/07).

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV**

.....	<b>ALMIRANTE TAMANDARÉ - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final</b>
	<b>FORO JUDICIAL</b>
	Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	<b>FORO EXTRAJUDICIAL</b>
.....	

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**  
**CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003**  
**MAGISTRATURA ESTADUAL — ANEXO V**

COMARCAS / FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
<b>1ª INSTÂNCIA</b>								
<b>COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA</b>								
.....								
<i>Foro Regional de Almirante Tamandaré</i>	Final			4	1			5
.....								

## CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

**1ª INSTÂNCIA**

**ENTRÂNCIA FINAL**

**COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

## Foro Regional de Almirante Tamandaré

4





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

# TRIBUNAL DE JUSTIÇA



## DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**), que as despesas decorrentes do Anteprojeto de Lei, em anexo, que altera a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com a criação da Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e da 2ª Vara Criminal, ambas no Foro Regional de Almirante Tamandaré, apresenta adequação orçamentário-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007.

Curitiba, 04 de maio de 2011.

  
**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente





Estado do Paraná  
PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

D. L.

Fls. 02

A DAT para leitura no  
expediente.

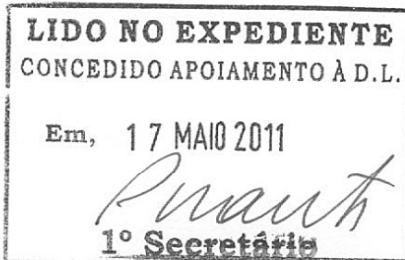
A De para providências.

Em, 16. maio 2011

Curitiba, 04 de maio de 2011.  
Of. nº 596/2011-GP

A sua Excelência o Senhor  
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Nesta Capital

*Presidente*



Senhor Presidente:

Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que trata da criação da Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e da 2ª Vara Criminal, ambas no Foro Regional de Almirante Tamandaré, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná – CODJ.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, envio a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a Declaração de adequação orçamentária.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

*[Assinatura]*

**MIGUEL KFOURI NETO**  
Presidente



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 406/11**

**Projeto de Lei nº. 406/11**  
**Autor: Tribunal de Justiça**

**Súmula:** Cria a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº. 14.277 de 30 de Dezembro de 2003, e adota outras providências.

**EMENTA: CRIAÇÃO DA VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, FAMÍLIA, REGISTROS PÚBLICOS, ACIDENTES DO TRABALHO E CORREGEDORIA DO FORO EXTRAJUDICIAL E DA 2ª VARA CRIMINAL NO FORO REGIONAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ART. 65 E 101 DA CE. IMPACTO FINANCEIRO DEVIDAMENTE ANEXADO EM CUMPRIMENTO À LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº. 14.277 de 30 de Dezembro de 2033, e adota outras providências.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

No que tange ao projeto, temos a competência exclusiva dos Tribunais para propor a criação de novas varas judiciárias, conforme preceitua o **artigo 96, inciso I, alínea d da nossa Carta Magna**, serão vejamos:

**Art. 96. Compete privativamente:**

**I - aos tribunais:**

**d) propor a criação de novas varas judiciárias;**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a **Constituição Estadual**, em seu art. 65:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifos Nossos).

A **Constituição Estadual** estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça ao encaminhamento da criação de novas varas judiciárias para a apreciação da Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, que vejamos:

Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:  
I - propor à Assembleia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:  
e) a criação e extinção de comarcas, varas ou distritos judiciários; (Grifos Nossos).

No que se refere ao impacto financeiro, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o **Tribunal de Justiça** anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

com o Orçamento do Poder Judiciário para o exercício de 2011, aprovado pela Lei Estadual n. 16.739/2010 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual n. 15.757/2007.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMAR TRAIANO  
RELATOR













ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 406/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Tribunal de Justiça, com o objetivo de criar a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e a 2ª Vara Criminal no Foro Regional de Almirante Tamandaré, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 e adota outras providências.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável a matéria em tela.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria encontra-se amplamente justificada, tendo em vista, que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

De igual modo, verifica-se ainda, que a proposta vem acompanhada da declaração do Presidente do Tribunal de Justiça informando que as despesas decorrentes do projeto em tela, apresenta adequação orçamentária-financeira com o Orçamento do Poder Judiciário, para o exercício de 2011, aprovado pela Lei Estadual nº 16.739, de 29 de dezembro de 2010 e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, 2008-2011, aprovado pela Lei Estadual nº 15.757, de 27 de dezembro de 2007, e atende ainda ao disposto no artigo 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esclarece-se ainda, que o aumento de despesa da presente proposta corresponde a R\$994.414,00 (novecentos e noventa e quatro mil



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

quatrocentos e quatorze reais) para a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial e de R\$876.674,00 (oitocentos e setenta e seis mil seiscentos e setenta e quatro reais) para a Vara Criminal, o que nos mostra o valor anual de R\$1.871.091,00 (um milhão oitocentos e setenta e um mil e noventa e um reais).

Com base no acima exposto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/06/11



DEPUTADO ADEMIR BIER  
PRESIDENTE



DEPUTADO FRANCISCO BUHRER  
RELATOR



~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º <sup>451</sup>/2011

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** - Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel descrito no Livro n.º 3-H de Transcrição das Transmissões n.º 11.282, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste.

**Art. 2º** - O imóvel doado fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, só poderá ser utilizado para o funcionamento da Biblioteca Cidadã, retornando ao patrimônio do Estado em caso de outra destinação.

**Art. 3º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 18 de maio de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

GABINETE DO GOVERNADOR



**MENSAGEM N.º 22/2011**

Curitiba, 18 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Cruzeiro do Oeste.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo**, ressalvado o disposto nas alíneas *f* e *h*; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)

*f)* alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (Grifo nosso)

José dos Santos Carvalho Filho leciona que “A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e **atender a interesse público cumpridamente demonstrado**. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável”<sup>1</sup>.

Desta forma, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende doar ao Município de Cruzeiro do Oeste, encontra-se edificada a Biblioteca Monteiro Lobato, pertencente ao projeto “Biblioteca Cidadã”, cujo funcionamento agrega interesse de diversas comunidades em torno do Município.

1 CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2011.

## GABINETE DO GOVERNADOR



Desta forma, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 451/11**

**Projeto de Lei nº 451/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.022/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Cruzeiro do Oeste, do imóvel que especifica.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 022/2011, visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel ao Município de Cruzeiro do Oeste para o funcionamento da Biblioteca Cidadã.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.** (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.** (grifo nosso)



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10º e parágrafo único:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

**Parágrafo único.** A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. **São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**prévia e interesse público justificado.** A licitação, **levando em conta a existência de interesse social da doação**, será dispensável<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2011.

**DEPUTADO CAÍTO QUINTANA**

**PRESIDENTE**

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*



## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 1ª. SESSÃO LEGISLATIVA


PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 020/11

**SÚMULA:** Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de maio de 2011. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

**ART. 1º.-** Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de maio de 2011.

**ART. 2º.-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 13 de junho de 2011.

  
**DEPUTADO DULIO GENARI**  
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

  
  
**DEPUTADO FRANCISCO BUHRER**  
Relator

